

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

MOVIMENTOS SOCIAIS E O CAMPO DA CULTURA: CARACTERÍSTICAS ORGANIZATIVAS DO
MOVIMENTO OCUPA MINC DO RIO DE JANEIRO

Letícia Cardoso Prata (UFRGS) - leticia.prata@outlook.com

Mestranda em Administração (UFRGS)

Janáina Machado Simões (UFRRJ) - janainamsimoes@gmail.com

Doutora em Administração. Professora do Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Leonardo Vasconcelos Cavalier Darbilly (UFRRJ) - leonardo.darbilly1@gmail.com

Doutor em Administração. Professor do Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Introdução

O interesse pela busca de práticas organizativas alternativas tem crescido de forma expressiva no âmbito dos estudos organizacionais. Entretanto, apesar da existência de pesquisas que abordem temas como a discussão sobre organizações alternativas e de resistência, bem como aquelas que se inserem no contexto da economia solidária, tais discussões ainda não se mostram capazes de romper com a lógica hegemônica que predomina na área da administração.

Conforme Gohn (2011), através da aglutinação de forças sociais organizadas, os movimentos sociais são um dos principais responsáveis pela expressão da resistência ao conservadorismo e às diversas formas de exploração na sociedade. Nessa lógica, passa a fazer sentido o interesse pela análise dos movimentos sociais, especialmente no Brasil, pois assim como Misoczky, Flores e Silva (2008, p. 12) apontam, a realidade latino-americana “*é marcada pela atuação política de movimentos sociais combativos que, à sua maneira, tomam parte nas questões que os afetam e, assim, constroem a sociedade e o Estado*”. Sendo assim, tais autores consideram que os movimentos sociais podem ser analisados a partir de suas práticas organizativas.

Coelho e Dellagnelo (2014), entretanto, afirmam que a apropriação inadequada de determinados conceitos organizacionais na esfera dos movimentos sociais pode impactar em uma compreensão equivocada destes. Além disso, mesmo que movimentos sociais de ocupação, foco de análise do presente estudo, tendam “*a preservar a liberdade e a transversalidade nas suas relações*” (MERCÊS, 2014, p. 84), os mesmos não deixam de possuir sua organicidade própria.

Dessa maneira, o presente artigo tomou como objeto de estudo o movimento de ocupação Ocupa MinC, no estado do Rio de Janeiro. Iniciado no Palácio Capanema e composto majoritariamente por artistas, o Ocupa MinC RJ foi componente de um movimento nacional de ocupações contra a extinção do Ministério da Cultura (MinC) pelo então governo interino de Michel Temer.

Assim, diante dessa problemática, o objetivo deste trabalho foi analisar as características organizativas do movimento Ocupa MinC no estado do Rio de Janeiro.

Referencial Teórico

A burocracia tradicional, responsável pela sofisticação dos mecanismos de controle, vem sustentando-se através de uma transformação da forma organizacional de dominar. Enquanto antes a máxima era a hierarquia rígida, o autoritarismo e a disciplina compulsória, hoje a flexibilidade e a valorização do trabalhador vem sendo cada vez mais adotada (ALVES, 2007). Diante disso, a discussão teórica sobre outras formas de organizar vem crescendo no contexto brasileiro.

Misocsy e Moraes (2011, p. 66) afirmam que “*uma organização libertária deve ser estabelecida sobre a plena autonomia, plena independência e, conseqüentemente, plena responsabilidade dos indivíduos e dos grupos*”, devendo assim haver livre acordo entre aqueles que creem serem úteis para o alcance dos objetivos em comum. Logo, pensar a administração a partir de outras perspectivas torna-se importante, especialmente a partir da perspectiva da autogestão.

Faria (1985, p. 75-9) propõe que *"a autogestão é um projeto que remete à organização direta da vida coletiva em todos os níveis, suprimindo um aparelho de direção: o Estado"*. Seguindo, o autor, a práxis da autogestão não consiste em *"democratizar a economia capitalista, mas mudar seus fundamentos"* (FARIA, 1985, p. 75-9). O autor completa essa ideia dizendo que, essencialmente, a autogestão é uma forma organizativa que nega a diferenciação entre dirigentes e executantes - um dos fundamentos das organizações burocráticas, já que o autoritarismo é típico do modo de produção capitalista.

Além disso, Faria (2008, p.3) aponta que se deve ter cuidado com aquilo que amplamente tem sido difundido sob nome de organização autogerida, pois *"no capitalismo, algumas organizações podem ter características autogestionárias ou características predominantemente (nunca totalmente) autogestionárias"*. Isso acontece pois, conforme o autor, essas organizações estão inseridas na lógica do capital, e elas podem acabar atuando, na verdade, como mais uma das unidades do sistema de capital.

Dessa forma, é importante o reconhecimento dos limites e das restrições durante a análise de tais tipos organizativos pois, *"neste contexto histórico específico, a autogestão surge como negação de um determinado modo de produção e as ações e relações que a constituem estão fundamentadas nesta negação"* (VARGAS DE FARIA, 2005, p. 3).

Nesse sentido, Vargas de Farias (2003) chama as organizações inseridas na lógica do capital de organizações coletivistas de trabalho, podendo-se entender estas como associações produtivas nas quais os subordinados desenvolvem processos autogestionários. Sendo assim, são organizações onde a constituinte das relações de produção deixa de ser a lógica da acumulação simples e ampliada. Ainda, Vargas de Faria (2005, p. 3), diz que elas devem ser analisadas *"a partir das ações e das relações que se constituem no interior das organizações e destas com o conjunto da sociedade"*, reconhecendo, porém, os limites e restrições que o modo de produção capitalista impõe para estas unidades.

Por fim, Faria (2008) afirma que a gestão democrática é um dos princípios da autogestão, e que a participação na gestão, a responsabilidade na gestão e o acesso e domínio das informações são assim elementos fundamentais do processo. Com isso, pode-se indicar que a horizontalização das organizações é um desafio mas já pode ser visível em pequenas instâncias.

Metodologia

Este trabalho parte de uma perspectiva qualitativa (ROESCH, 1999) e contou com uma pesquisa de campo conduzida a partir de observação e entrevistas. A observação foi realizada de duas formas: (a) em sites e blogs da internet que acompanharam o período de ocupação e (b) no evento comemorativo de 1 ano de ocupação. As entrevistas foram divididas em duas etapas. A primeira etapa foi realizada com integrantes mais ativos do Ocupa MinC, que participaram do movimento desde a origem do movimento até o final da ocupação. Já a segunda, contou com entrevistados que focaram sua participação em setores diversificados.

A escolha dos entrevistados se deu a partir da participação no evento de comemoração de um ano da ocupação, realizado pelos próprios ocupantes, onde foi

realizado o contato com os quatro primeiros entrevistados. A partir dessas primeiras entrevistas, novos ocupantes foram indicados pelos integrantes já entrevistados, totalizando, assim, 11 entrevistas. A análise de dados foi feita de forma qualitativa, tendo como base a técnica de análise de conteúdo (VERGARA, 2005), na qual foram criadas as categorias de análise que serão apresentadas ao longo da apresentação e análise dos resultados da pesquisa.

Apresentação e Análise dos Resultados

O Ocupa MinC, em sua origem, foi um movimento nacional de ocupação em resposta ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e às ações do então governo interino de Michel Temer, no qual estava inclusa a extinção do Ministério da Cultura (MinC). A reação às medidas tomadas pelo governo foi quase imediata e em série por todo o país e, segundo Segal (2016), enquanto no Rio de Janeiro ainda surgia a ideia de ocupar o Palácio Capanema, em Curitiba já estavam articulando a tomada do prédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), fazendo com que em menos de dez dias todos os estados brasileiros já tivessem um prédio público ocupado. Nesse sentido, os trechos das entrevistas abaixo plataformas indicam essa questão:

Foram vários motivos né, o principal foi o desfecho da votação do impeachment na câmara dos deputados né, a galera da cultura já estava muito mobilizada, [...], mas quando chegou o dia mesmo que ela foi empichada daquele dia em abril, e no dia seguinte o Temer ele extinguiu vários ministérios, [...]e extinguiu também o Ministério da Cultura, isso foi a gota d'água, alguns ativistas na época, né, porque desde o começo da ocupação, aliás, desde quando Temer decretou o fim do Ministério da Cultura a classe artística se mobilizou pelo pela volta do Ministério da Cultura, só que a gente não queria só volta do ministério da cultura, a gente brigou pela volta do Ministério da Cultura também, tanto é que quando dois ou três dias depois da gente estar ocupado o Temer voltar atrás, e recria Ministério da Cultura, as ocupações continuaram no Brasil inteiro, tanto aqui quanto em outros estados (E3)

Nós estávamos ali para denunciar o golpe, e para exigir a retirada do governo golpista, exigir o cancelamento do processo de impeachment, e nós repetimos isso, a pauta fora Temer era pauta que unia toda a esquerda, une até hoje, eu acho, unia todos que estavam ali, independentemente dos partidos, nós não éramos apaixonados, nós éramos suprapartidário, ou seja tínhamos todos os partidos, inclusive os anarquistas, inclusive aqueles que nem anarquistas eram, isso era, a pauta fora Temer era a pauta que tínhamos como objetivo central. (E2)

A ocupação surgiu de um movimento que já era previamente mobilizado pela classe dos artistas no Rio de Janeiro, tendo como seus principais precursores os movimentos Reage Artista e Teatro pela Democracia. Além disso, também é importante destacar as influências das ocupações dos estudantes secundaristas que foram tomadas pelo Ocupa MinC.

Cabe ainda salientar que após alguns dias do início das ocupações em todos os estados brasileiros, o governo retrocedeu em sua decisão de extinção do Ministério da Cultura, com a grande possibilidade dessa decisão ter sido tomada por influência dos movimentos sociais. Percebe-se isso pois se tem em vista que a pauta foi adotada por

diversos artistas e representantes da grande mídia, o que gerou uma repercussão negativa acentuada que, possivelmente, era inesperada. Com isso, o Ministério da Cultura, que havia sido extinto dia 12 de maio de 2016, foi restabelecido dia 23 de maio de 2016, tendo a sua breve revogação durado apenas 11 dias. Essencialmente, por deixar de ser apenas pela sobrevivência do Ministério da Cultura – e passar a apresentar as críticas populares às novas medidas do governo, o Ocupa MinC tornou-se um símbolo de resistência da esquerda política ao novo cenário político brasileiro.

Diante disso, o quadro 1, apresentado a seguir, indica as principais características do movimento.

Quadro 1 – Caracterização do movimento Ocupa MinC RJ

Características do Movimento	Descrição
Porque a ocupação se iniciou	<ul style="list-style-type: none"> - Surgiu de uma pré-mobilização; - Foi inspirada nas ocupações secundaristas; - Insatisfação com a extinção do Ministério da Cultura; - Denunciar o golpe e exigir o cancelamento do processo de impeachment.
Objetivo da ocupação	<ul style="list-style-type: none"> - Denunciar o golpe a nível internacional; - Colaborar na elaboração de políticas públicas.
Os maiores desafios que a ocupação enfrentou	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades com o local, com a rotina diária de funcionamento para a obtenção de insumos básicos; - Conviver com as diferenças e manter a horizontalidade das relações; - Conseguir doações; - Manter o interesse da população.
Importância do Ocupa MinC	<ul style="list-style-type: none"> - A capacidade de aproximação das pessoas; - Impactou na micropolítica local; - Trouxe visibilidade internacional sobre o golpe; - Revitalização de um espaço público; - Foi o maior movimento dentre aqueles que ocorreram no Ocupa MinC

Fonte: elaborado pelos autores

De acordo com as análises, torna-se possível afirmar que movimentos sociais como o Ocupa MinC têm uma grande importância para o contexto de discussão e implantação de políticas públicas nacionais, como exposto por Gohn (2011). A natureza do movimento também vai ao encontro das ideias da autora que aponta que os movimentos sociais por possuírem um caráter de crítica e reivindicação, tornam a busca pela obtenção de poder (a fim de ter mais representatividade de escolha) constantemente atrelada a realização de parcerias com distintas entidades da sociedade civil e política.

Assim, na tentativa de melhor entender a natureza do movimento Ocupa MinC RJ, suas características organizativas são apresentadas o quadro 2, apresentado a seguir.

Quadro 2 – Características Organizativas do movimento Ocupa MinC RJ

Características Organizativas do movimento Ocupa MinC RJ	Descrição
Planejamento das atividades da ocupação	<ul style="list-style-type: none"> - Organização em grupos de trabalho (GTs); - Planejamento semanal.

Estratégias de ação adotadas	- Planos de atuação político, como desobediência civil, atos na rua e mobilizações online; - Planos de atuação artístico, como atividades culturais na ocupação.
Organização dos recursos e do espaço nos locais ocupados	- Havia uma estrutura mínima de segurança;
Obtenção dos recursos utilizados pela ocupação	- A internet era um dos maiores meios de expor as necessidades da ocupação; - Busca de doações por meio de lista na porta da ocupação; - Principais colaboradores foram a sociedade civil e os sindicatos.
Decisão pela forma organizativa	- Se deu a partir de uma articulação prévia à ocupação;
Processo de tomada de decisão	- Através de planetárias; - Decisões sempre tomadas a partir do consenso;
Controle do funcionamento do movimento	- Existia uma agenda de atividades; - Boa parte do controle era resultante da rotina dos ocupantes;
Ferramentas de comunicação da ocupação	- Uso de grupos em aplicativos de para a difusão de informações; - Ocorrência de planetárias diárias.

Fonte: elaborado pelos autores

Dessa forma é possível observar, principalmente, algumas das características citadas por Gohn (2011) sobre os movimentos sociais, quando a autora traz a ideia de criação de identidade, tanto individual quanto coletiva, algo que é um dos aspectos mais consistentes dos movimentos sociais de uma forma geral. O potencial para coletividade e a capacidade de revolucionar diariamente a micropolítica local, reforçados pelo reconhecimento internacional, colaboram para o processo político do qual fazem parte os atores e o próprio movimento. Assim, as falas que argumentam sobre as motivações da ocupação, como a insatisfação com medidas tomadas pelo governo e o desejo de se opor a elas, remetem ao caráter sociopolítico de um movimento social, no qual as solicitações de demandas públicas e coletivas são a pauta principal que norteia as decisões da organização.

Por fim, o acontecimento diário das planetárias se mostra essencial para o funcionamento pleno do Ocupa MinC. Assim como elas serviam para manter o controle da ocupação e fazer deliberações, a necessidade de haver uma difusão de informações também era suprida nesses momentos, através de notificações e informes. Ademais, o uso de aplicativos de comunicação e das redes sociais se mostrou fundamental para a sobrevivência do movimento, tendo papel essencial na difusão de informações.

Conclusão

Foi possível verificar que o movimento Ocupa MinC RJ possuía um conjunto de diretrizes que o faziam funcionar de modo organizado, mesmo que não tenha todas as características de uma organização autogestionária. Dessa maneira, a forma organizativa do Ocupa MinC RJ é coletivista e horizontal, como se pôde observar pela divisão das tarefas por grupos de trabalho (GTs), pelas estruturas de segurança e de execução das atividades, bem como o processo decisório baseado no consenso de todos.

Dessa maneira, pode-se apontar que o Ocupa MinC RJ se sustentava sobre ideais básicos de horizontalidade nas relações. Segundo os ocupantes entrevistados, esses ideais de horizontalidade foram aspectos que levaram o movimento a se inspirar nas ocupações dos estudantes e, assim, escolher se organizar pela divisão em GTs e pela realização diária de assembleias (também chamadas de planetárias), onde se buscava pelo consenso de todos nos processos decisórios. Com isso, o processo decisório do movimento era horizontal, não sendo possível identificar líderes a partir das entrevistas.

Também se percebeu que a falta de experiência, por parte dos integrantes do movimento, com ações diretas de longo prazo, pode ter prejudicado na adoção de um modelo plenamente autogestionário. Era claro que a ocupação pretendia se manter a partir de princípios comunitários e desburocratizados, mas dificuldades na consolidação de autonomia, um dos conceitos essenciais da autogestão, também se mostrou visível, já que a necessidade de doações foi fundamental do início ao fim do movimento.

Em virtude dos fatos mencionados, sugere-se que pesquisas sobre o movimento continuem sendo realizadas, dado que o Ocupa MinC ainda existe em forma de coletivo, fazendo reuniões esporádicas, o que permite maior aprofundamento sobre o tema.

Referências

ALVES, G. **Dimensões da Reestrutura Produtiva: Ensaio de sociologia do trabalho**. 2. ed. Bauru: Canal6 Editora, 2007. 288 p.

COELHO, K. S.; DELLAGNELO, E. H. L. Uma análise paradigmática das teorias dos movimentos sociais utilizadas nos estudos em Administração. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 1, p. 59-76, 2013.

FARIA, José Ricardo Vargas de. Autogestão e Poder: esquema de análise das relações de poder em organizações com características autogestionárias. In: ENEO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2008, Belo Horizonte. **Autogestão e Poder**. Belo Horizonte: Eneo, 2008. p. 1 - 16.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, Aug. 2011.

MERCÊS, A. S. **Ocupação dos sem-tetos no centro na cidade do Rio de Janeiro e os movimentos sociais: libertários**, 2014. 92 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

MISOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; SILVA, S. M. G. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos?. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. 3, art. 6, p. 1-14, 2008.

MISOCZKY, M. C.; MORAES, J. **Práticas Organizacionais em Escolas de Movimentos Sociais**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2011. 257 p.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágios e de pesquisa em administração: guias para estágio, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e estudo de caso.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEGAL, Tracy. **Ocupa MinC no Rio é foco de resistência em meio a onda de retrocessos.** 2016. Disponível em:
<<http://www.brasil247.com/pt/247/rio247/235941/Ocupa-MinC-no-Rio-é-foco-de-resistência-em-meio-a-onda-de-retrocessos.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

VARGAS DE FARIA, José Ricardo. **Organizações Coletivistas de Trabalho: Autogestão nas unidades produtivas.** 2003. 233 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005. 90 p.